

# A águia e a serpente: a memória do jardim de Rui

Cláudia Barbosa Reis

## Marco 0

1930

EM 1930 O ENGENHEIRO VITTORIO MIGLIETTA APRESENTOU UM RELATÓRIO sobre o que chamou de reconstrução do jardim da Casa de Rui Barbosa. Por ele ficamos sabendo que a Prefeitura fizera abrir ao lado esquerdo do terreno uma rua que ligaria São Clemente e Assunção.

Bastante sucinto, o relatório não trazia maior detalhamento quanto à extensão dos danos. Fazia alusão, isto sim, a um grave estado de degradação, o terreno transformado em matagal.

Na listagem dos serviços, instalação de água nos lagos e vascas, reconstrução de alamedas e canteiros, reconstrução completa da *latada* de ferro, reconstrução da rede elétrica, dos canteiros com plantio de 2.000 espécies e conserto da águia da frente do jardim. A *latada* de ferro é a pérgula que sustenta o parreiral.

A palavra reconstrução induz ao erro. Parecia que o engenheiro reconstituía o formato anterior do jardim. Apenas hoje, com a intensificação da pesquisa, percebemos que não foi exatamente isso o que aconteceu. O aspecto original da ala esquerda jamais foi recuperado, e outros elementos componentes do jardim conforme se apresentava à época da família Rui Barbosa foram abandonados ou destruídos, como se verá adiante.

No entanto, durante muito tempo, o relatório de Miglietta foi a nossa bíblia, o marco zero para todo e qualquer estudo sobre o assunto. Até que valor mais alto se alevantou.

## Jardim de museu

Desde 1930 o jardim, tombado em 1938 como entorno da casa, foi tratado como parque público. Apesar dos portões, que lhe garantem a mesma privacidade do tempo do jardim residencial, seu uso era destinado, numa primeira fase, a complementar a leitura da casa e, com o crescimento do bairro e a redução drástica das áreas verdes, a ocupar o espaço de reserva natural no logradouro.

O uso público de um jardim tem vantagens e desvantagens. Enquanto foi encarado meramente como um parque público, como entorno da casa, a preocupação com o sentido de memória foi mínimo: desde a manutenção dos aspectos paisagísticos e botânicos, à preocupação com o levantamento de dados históricos.

O Museu-Casa de Rui Barbosa teve o seu acervo sistematicamente tratado a partir dos anos 60, mas até os anos 90 os elementos decorativos e utilitários encontrados no jardim estiveram desvinculados dessa leitura. As esculturas, os lampadários, a pérgula, o quiosque, os tanques, a bomba d'água não foram considerados objetos museológicos. Até que no final dos anos 80, o Projeto Jardins Históricos, dirigido por Carlos Fernando Delfim, deu início ao primeiro trabalho de pesquisa botânica e paisagística visando a recuperação, dentro do possível, da imagem original desse jardim

Antes desse projeto a própria contratação das firmas de jardinagem era complicada. Visando o lucro, ou simplesmente desvinculadas de uma visão patrimonial e de memória, muitas delas desrespeitaram regras simples de manutenção de espécies e paisagismo originais.

Nos anos 80 o museu tinha um vínculo grande com a comunidade e com o público escolar, e o jardim era o cenário de atividades que pretendiam a integração museu-comunidade, que agregavam, muitas vezes, até mil pessoas. Esse maior contato com a comunidade e a preocupação com os possíveis danos ao jardim criaram as primeiras atividades educativas, promovidas pelo Museu, muitas vezes em ação integrada com a Biblioteca Infantojuvenil. Eram atividades que convidavam ao convívio entre pais e filhos e que, por meio de palestras, projeção de filmes e brincadeiras, promoviam atividades

de conscientização quanto à importância da preservação da vida, da natureza e do ecossistema.

A nova e mais completa visão do jardim, em suas múltiplas possibilidades teve início em 2000. Chamada a integrar um encontro de museus ligados à área federal de Ciência e Tecnologia, a equipe do Museu Casa de Rui Barbosa deliberou por apresentar o jardim nos seus diferentes aspectos: histórico – o que trata da memória de Rui naquele espaço; paisagístico – que observa traçado e paisagismo para embasar intervenções; botânico – que trata do ecossistema, analisa e classifica espécies; sociológico – o que interagem com seu público usuário, embasa e direciona projetos; museológico, que acolhe, cataloga e estuda o acervo de artefatos nele distribuído e, por fim, o aspecto educativo, função essencial de disseminação da informação colhida pelas demais abordagens.

O que hoje empreendemos e que visa alcançar o mais completo conhecimento possível desse espaço foi a mera constatação de que, após quase trinta anos de convívio diário com o espaço, conhecíamos minimamente as espécies, suas épocas de frutação e floração, muitas vezes mesmo seus nomes. As plaquinhas com os nomes técnico e vulgar estavam por vezes deterioradas e perdidas. Passamos então a observar tudo aquilo que aqui estava plantado e erguido; descobrimos a história da lichia, plantada por Rui no meio do terreno e ‘aquela época cercada de junquinhos. Não havia ali ainda o grande banco de granito, na verdade um dos pilares que seguravam o portão de ferro, arrancado para abertura da rua. E também as camélias, agora transformadas em ícone dessa área verde, as magnólias, os pés de jardim, a parreira, que ainda dá uva. Passamos a observar as flores e os frutos – ainda no pé, caídos, colhidos, abertos, as sementes. Simplesmente observá-los, pois a adequada classificação e o estudo aguardam o desenvolvimento dos trabalhos que constam do convênio com o Jardim Botânico.

O chefe da equipe de jardineiros, à época, Marcos Antônio Moreira da Silva, um entusiasta do tema, ajudou-nos nos primeiros passos. Deu mesmo início a um sistema de coleta e secagem de frutos e flores.

Mas razões burocráticas e financeiras – sempre elas – obrigaram o seu afastamento da FCRB e, em 2003, finalmente a Fundação Casa de Rui Barbosa deliberou por estabelecer um convênio com o Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro. E impôs-se, tarefa a mim entregue, o levantamento do máximo de material que permitisse formatar uma publicação sobre a memória do Jardim de Rui.

### A memória do jardim de Rui

Antecede o jardim de Rui aquele que pertenceu e foi ocupado pelo barão da Lagoa, Bernardo Casemiro de Freitas primeiro proprietário do imóvel. A casa em que Rui Barbosa passou os últimos anos de sua vida foi construída em 1850. É relevante um recuo no tempo para a melhor compreender a ocupação do espaço onde hoje se ergue a Fundação Casa de Rui Barbosa.

A rua São Clemente foi aberta durante o século XVI nas antigas terras do vigário geral D. Clemente Martins de Mattos, com a principal finalidade de ligar a enseada de Botafogo à lagoa de Sacopenapã (Rodrigo de Freitas). Na verdade essas terras que faziam a passagem natural de um logradouro a outro, constituíam-se num vale. Foi nele que o bairro de Botafogo se desenvolveu ao longo do século XVIII. A primitiva sesmaria foi sendo sucessivamente subdividida em lotes de menor extensão à frente e ao fundo, mantendo sempre a longa profundidade. Na parte próxima à enseada de Botafogo, a rua São Clemente está assentada em terreno de várzea, arenoso. Por ali passava, para desaguar no mar, o rio Banana Podre.

Recentes prospecções levam a crer que as fundações da casa foram firmadas sobre aterro. No entanto, a escassa documentação existente não permite maiores esclarecimentos quanto à construção do então número 66 da rua São Clemente.

O Barão, que comprara o terreno, de José Fortunato da Cunha e esposa, fez demolir as benfeitorias que existiam para erigir a casa, e provavelmente o seu jardim. Seguindo a tradição portuguesa de construir, situou o prédio na parte frontal e central do terreno.

Qual o teria sido o aspecto do jardim ao tempo do Barão, quando as espécies estavam recém-plantadas? O estudo das sucessivas escrituras de compra e venda do imóvel indica que desde 1879, data em que o Barão vendeu o imóvel pronto para o comendador Albino de Oliveira Guimarães, o jardim já apresentava configuração semelhante à atual:

“O terreno consta de jardim, horta e pomar, grande parreiral sobre vergalhões e barras de ferro, vasos, figuras, bancos de jardim, etc.” Além deste, outros belos exemplares de serralheria guarnecem o jardim – em lambrequins, caramanchões e portais.

Entre a rua e a propriedade, separadas por um simples gradil, começa um jardim de desenho romântico, que se prolonga pelas alamedas laterais, com grandes canteiros e que se estende até o final do terreno, no limite da atual rua Assunção.

Para o leigo, que desconhece estilos e a história do paisagismo, o jardim apresenta-se com traçado retilíneo e simétrico. Nos canteiros onde estão plantadas tanto árvores frutíferas como não frutíferas, existem caramanchões, portais em metal, pontes sobre lagos artificiais, pontezinhas, arranjos de pedras feitas de concreto – as chamadas rocalhas. A distribuição desses elementos paisagísticos torna o jardim acolhedor.

### O amor pela natureza

Onde começa, na biografia de Rui Barbosa, o interesse pelas flores, pela jardinagem, o gosto pelos jardins?

A casa da sua infância, no centro de Salvador, hoje também transformada em museu, não possui um jardim expressivo. É certo que em algum momento, na infância ou juventude, consequência do interesse enciclopédico que tinha por tudo sobre o que punha os olhos ou da sensibilidade e gentileza do seu caráter, Rui interessou-se pelo cultivo de jardins e em especial pelo cultivo de roseiras.

As biografias de Rui são, em sua maior parte, fundadas em profunda admiração ou antipatia. Algumas, como a escrita por Carlos Vianna Bandeira, ultrapassam a admiração e chegam a uma tentativa de reescrever uma vida apenas por seus aspectos

amenos e positivos – o que naturalmente não é possível. No entanto, a biografia de Rui por seu cunhado tem o valor do depoimento daquele que conviveu “lado a lado de Rui”, no seio da família, por muitos anos. Portanto é em Carlos Vianna Bandeira que podemos perceber quando e como teve início na vida de Rui Barbosa esse gosto pelo jardim e pela jardinagem. Primeiro como *hobby*, como atividade manual que aliviava as tensões da vida intelectual e política que se iniciava. Depois como preocupação constante, porém não mais cotidiana. A participação pessoal e direta de Rui na construção de seus jardins nos mostra um tempo e espaço que foram sendo lentamente usurpados pelos compromissos do árduo e necessário trabalho intelectual. *Abundantius illis omnibus laboravi.*<sup>1</sup>

A gênese do amor pela natureza e pelas plantas importa pelo peso que teve na história deste jardim que agora estudamos. Então, é segundo o relato de Carlos Viana Bandeira que descobrimos que “Rui era louco pelas flores”. Foi na casa da rua do Resende que Rui dedicou mais tempo à jardinagem, sempre acompanhado do cunhado Carlito. Todo sábado, às sete da manhã, seguiam para a floricultura do Fonseca, à rua do Riachuelo, onde encomendavam terra, mudas, novas espécies de rosas, sempre entregues em carrinho de mão. O próprio Rui, usando podão cortava hastes secas, ajeitava galhos pra dar às plantas feição estética à medida que iam crescendo. E era adubar canteiros, revolver a terra e regar. Uma preocupação não era esquecida: anotar-lhes os nomes “*para catalogá-las e posteriormente tentar enxertos*”. No pé de cada planta uma tabuleta branca onde Rui escrevia a lápis o nome da variedade. Além de fornecer os materiais era o comerciante Fonseca quem dava tais orientações. Era um jardim que despertava elogios, com roseiras às centenas. Rui lastimava colhê-las para ornamentar a casa e pensava no ecossistema – apesar da palavra não estar ainda na moda, pensava nas abelhas e insetos. Os pessegueiros tinham seus frutos envolvidos, enquanto verdes, em pequenos sacos feitos por dona Adelaide, sogra de Rui.

<sup>1</sup> Numa tradução livre, trabalhei mais do que todos. Em discurso pronunciado na Biblioteca Nacional em 12 de julho de 1912, Rui Barbosa pronunciou esta frase colhida da 1ª Carta aos Coríntios.

As frequentes enchentes na Rua do Resende fizeram com que a família se mudasse para a praia do Flamengo onde, contam os familiares que Rui chegou a ter espécies de rosas, a maioria transplantada para esta casa entre 1893 e 1895.

Em carta a Salvador de Mendonça, datada de 1913, Rui Barbosa, elogiava suas perfumadas rosas e se dizia antigo roseirista, vocação que lhe deixara saudade. Parece que na velhice a antiga atividade foi recuperada, pois os netos, em especial os filhos de Maria Adélia e Batista Pereira, aqui nascidos e criados, lembram do avô “já velhinho” percorrendo o parque examinando cada roseira e podando, tendo sempre Maria Augusta ao seu lado.

### Ferramentas da memória

O levantamento da memória desse espaço tem início nos documentos textuais e iconográficos. A correspondência indica a preocupação de Rui com a compra de mudas, com o transplante de espécies. Fotografias nos mostram etapas da história do jardim e do seu uso; plantas arquitetônicas ajudam a compreensão da ocupação da área e das intervenções ocorridas. Objetos do museu atestam a relação entre o morador da casa e seu jardim. A pesquisa iconográfica vem sendo realizada pelo estagiário de museologia Henrique Cruz, que tem o propósito de percorrer os arquivos e instituições com vínculos relativos à memória da cidade.

Outra importante ferramenta que possibilita o cotejo imagem – documento – informação, são os depoimentos, a partir daquele publicado em 1961 pela Casa de Rui Barbosa, o do cunhado de Rui, Carlos Viana Bandeira e, a partir de 1975, dos depoimentos de familiares, vizinhos e empregados, colhidos pelo Projeto Memória de Rui, implementado pela equipe do Museu.

A pesquisa sobre o jardim conta, além de mim, com a presença amena de Carlos Fernando Delfim e Miguel Gastão da Cunha. Graças a eles podemos quase que afirmar a ligação de François Auguste Glaziou com o traçado original desse jardim. O estudo estético, paisagístico e histórico por eles empreendido nos leva a referendar a

convicção. A ligação do paisagista francês com esse jardim é uma das mais importantes descobertas relativas a esse espaço.

## Descobertas

Tais depoimentos é que na verdade permitiram o levantamento dos aspectos que constroem a memória intangível. Por eles ficamos sabendo das brincadeiras das crianças, da ocupação dos espaços, das espécies que já não existem, dos hábitos da família.

Ao fundo do jardim, onde hoje está construído o edifício sede ficava um picadeiro. Cerca viva delimitava esse espaço onde os animais eram treinados. Na atual garagem ficavam as baias e, ao lado delas, o quarto do cocheiro – depois de 1915 promovido a motorista. As viaturas ficavam guardadas no térreo sob a cozinha. O aposento teve a sua porta de entrada alterada. Era bem mais ampla, de forma a permitir ao fundo do jardim havia uma estufa para avencas, orquídeas e plantas delicadas. Era uma armação de metal e vidro, que foi desmontada e doada a uma amiga de D. Maria Augusta, após a morte de Rui. Entre a estufa – que ficava onde hoje está o Laboratório de Microfilmagem e o forno havia um cercado dotado de portão onde, já adulta, a filha caçula de Rui, mantinha a sua criação de pintinhos da raça legorne. Exatamente nesse ponto a direção da Fundação Casa de Rui Barbosa optou por abrir uma passagem para o estacionamento contíguo. As grades e o portãozinho estão registrados como acervo do museu e guardados em reserva.

No galinheiro ficavam os gansos, quase tão bons guardiões quanto os dois mastins que eram soltos no jardim logo após a entrada do último morador. Geralmente o filho do casal, João, que, graças aos hábitos boêmios tinha o seu quarto, que chamava de Chateau Misère na parte externa da casa. João não deixou o seu depoimento, mas toda a família, os sobrinhos, a irmã Baby e o filho lembram do seu intenso convívio com esse espaço. Uma foto mostra-o adolescente, descalço, tocando violão sentado num dos bancos do jardim. Era ele que tomava banho no chuveiro do quiosque com as crianças.

Era ele que ainda criança derrubava a irmã seis anos mais nova do barquinho no qual ela passeava pelos lagos.

Mas passear pelos lagos, como? Provavelmente porque os lagos eram um pouco diferentes. A destruição da banda esquerda do jardim derrubou parte do lago que, segundo contam a filha e os netos de Rui, continuava por aquela ala. Naquele ponto se inclinava um lindo fícus. A destruição fez derrubar um pé de baunilha, um exemplar de sol do Peru, acácias e um flamboyant que ficava atrás do quiosque.

O lago da frente simulava um rio, o fluxo d'água impulsionado pela cascata artificial que saía das pedras. Esse fluxo é que permitia as corridas de barcos feitos de folhas de bananeiras. Corridas que acabavam em brigas, os primos atirando uns aos outros na água.

As crianças, em especial as Batista Pereira, aqui nascidas, eram criadas soltas, obrigadas apenas a se afastar da bomba d'água na qual o tio João, um peralta, perdera a falange de um dos dedos. Corriam, subiam em árvores... Stela e Lucila Batista Pereira lembram que ensinaram meninas amigas a subir nas árvores. Diante da cocheira, hoje garagem, havia um quarador de roupa e cordas para secá-las. Nelas puseram um dos franguinhos legorne a equilibrar-se e naturalmente o resultado foi desastroso. Não existia o pequeno laguinho oval. A fileira de mangueira era rebatida, havendo entre as duas fileiras árvore cortadas cujos troncos serviam como mesinhas para os piqueniques.

Diz Maurice Halbwachs que a memória coletiva se constitui exatamente pela soma das memórias subjetivas, das experiências pessoais. Assim se constitui a memória de espaço, desse jardim. É a memória reconstituída a partir de diferentes olhares. É o cruzamento das versões que possibilita a percepção mais próxima do completo. Pois esse *locus* mudou de feição e de função sem que houvesse muita transformação física. E as lembranças colhidas concordam no essencial, que é o que podemos reconstituir.

## O essencial

Uma família unida em torno do patriarca. Uma mulher forte que através dos anos foi a apaziguadora do gênio difícil do marido e administradora tranquila do lar harmonioso. Hábitos familiares em acordo com o tempo, a virada do século XIX para o XX. As crianças brincavam soltas na época das férias, porque estudavam em colégios internos. A casa era cheia de criados que nela viviam: três jardineiros, uma governanta, a criada de quarto, o cocheiro, o mordomo. A maioria, portugueses. O pão era comprado na padaria, o forno era usado apenas para os grandes assados; as frutas viravam sucos, doces e geléias, as flores enfeitavam a casa, especialmente as festas, muitas vezes colhidas pelo próprio Rui, que, diga-se de passagem, administrava dois jardins, pois a casa de veraneio, em Petrópolis tinha jardim tão rico e belo quanto este.

O essencial ao equilíbrio desse jardim sempre esteve aqui. A presença humana em equilíbrio com a natureza.

O equilíbrio, resultado da eterna luta entre a águia e a serpente. Pois esse é o emblema desse jardim. A escultura em concreto e metal: uma águia de asas espalmadas vence uma serpente de cuja boca sai um esguicho d'água que cai em jato curvo no lago fronteiro.

Rui Barbosa em seus discursos no Senado, nas campanhas políticas dizia-se perseguido por inimigos que procuravam derrubá-lo com perfídias e, assim, sempre pareceu natural e adequado que justamente esse emblema estivesse colocado diante da Casa em que Rui morou pelos últimos 28 anos de sua vida. Mais ainda adequou-se o símbolo ao espaço quando Rui, por sua atuação brilhante na II Conferência da Paz, em Haia, foi chamado de Águia.

Jardins são espaços de meditação espaços de convívio com a natureza, que nos colocam em harmonia interior. Assim, mais do que qualquer ligação com Rui Barbosa, é à principal característica do jardim que o símbolo se reporta. À dualidade que existe em cada um de nós, à luta entre o certo e o errado, e entre o bem e o mal. A águia, capaz

de elevar-se nos sentimentos superiores, e a víbora que, rastejante, move em cada um de nós os mais baixos sentimentos.

## Memória intangível: um novo conceito de museu

Parece que estamos sempre a contar e recontar a mesma história, por meio de exposições e de textos, mas vale sempre repetir aquilo que, parafraseando Pedro Nava em seu *Galo das trevas*, “ficou impregnado no mata-borrão esponja dessa casa o que nela depositou o Tempo”: não apenas a história de uma vida, mas a memória dos sentimentos diversos que impregnaram esse espaço. Lugar de memória, assim designado pelo desejo governamental que em 1930 transformou o jardim da Casa de Rui Barbosa em espaço público. A Casa e seu jardim desde essa época tornam-se referência para a nação. Rui Barbosa, por seus feitos e sua vida digna, um dos poucos mitos brasileiros, passava a integrar o panteão dos heróis brasileiros. Assim, sua casa e seu jardim, eram abertos ao público para formar um cenário daquilo que se queria preservar: uma imagem e uma obra.

Mas a figura humana de Rui, seus erros tanto quanto seus acertos, e uma interpretação mais amena da sua personalidade rígida começaram a aparecer a partir da leitura de biografias, documentação histórica, correspondência e principalmente depoimentos. Depoimentos de parentes próximos e distantes, de amigos, de vizinhos e de inimigos.

Como se disse de Carlos Viana Bandeira, sempre houve, principalmente por parte dos mais próximos, tentativas de endeusamento, um abuso de glorificação e elogio. Mas a verdade dos fatos transparece no momento da narrativa e a recuperação da figura humana real é cada vez mais possível. A esse estudo, mais do que a figura de Rui interessa a sua interação com parentes e amigos e toda a vida que transcorreu nesse espaço em especial: o delicado jardim à Glaziou.

O transcorrer de 28 anos gera muita recordação e, naturalmente, divide-se em diferentes fases. Mas a memória ocorre pela superposição de imagens, “como numa radiografia”, diria eu, recorrendo mais uma vez a Pedro Nava. São diversas camadas

que mostram uma mesma imagem final. Nesse caso a de uma família harmoniosa, tranquila, reservada e, acima e tudo, inserida no seu tempo – passagem do século XIX para o XX.

Rejane de Almeida Magalhães descreveu essa harmonia doméstica no seu livro *Rui Barbosa na Vila Maria Augusta*. Cabe-nos agora deslocar um pouco a descrição do modo de vida nesta casa de Rui para a família. É sob a ótica dos filhos, netos, vizinhos e empregados que descortinamos um cotidiano em tudo semelhante a outros desta cidade ou mesmo deste país. É por essa identidade, por esse passado comum que ocorre a identificação com o aqui vivido. As lembranças da família evocam lembranças subjetivas.

Então, uma das funções das instituições de memória é essa, a de ativar a reflexão sobre o passado, como forma de compreensão do presente e construção do futuro – não apenas da nação, mas da sociedade e do indivíduo. A função do Museu, de seus estudos é o enriquecimento do indivíduo. Ao pensar-se em jardim e museu como elemento único com função de memória, pensa-se necessariamente num novo conceito de museu, em que há muito pouco de classificação e catalogação de objetos e muito mais de sensibilização, percepção e meditação. Pois o jardim, como já se disse, aguça os sentidos. O jardim está presente no recôndito de cada alma com o sentido simbólico do éden perdido. A integração da casa com o seu entorno, nesse momento da história da cidade em que se constitui numa ilha de preservação ambiental e de história, possibilita, mais do que tudo, o levantamento e a reflexão sobre os sentimentos de que aqui falamos. O equilíbrio, a tranquilidade, a presença do divino, o sentimento de pertencimento – a uma família, a uma instituição, a um bairro, a uma cidade, a uma nação, a um planeta que cada vez mais precisa conhecer a sua memória e descobrir o seu ponto de equilíbrio.